

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: 60

Data: 2 de Dezembro de 1984

Pg.: _____

Empréstimo para o Brasil aplicar na Amazônia será revisto

ELIANE GAMAL
Especial para O Estado

NEW YORK — O movimento começou no início de outubro, com denúncias feitas pelo ecologista José Lutzenberger ao Congresso americano sobre a devastação da Amazônia. O protesto cresceu e culminou com a elaboração de uma carta-documento pelo Conselho de Defesa de Recursos Naturais — uma associação americana de defesa do meio-ambiente — enviada ao Banco Mundial pedindo revisão da aplicação de 443 milhões de dólares emprestados ao Brasil para serem investidos nessa região.

Também o secretário do Tesouro americano, Donald Regan, foi alertado sobre o problema, através de uma outra carta responsabilizando o governo brasileiro e o Banco Mundial de violar vários itens relacionados à proteção ecológica incluídos nos acordos. E há poucos dias, um editorial do jornal *The New York Times* aconselha os principais envolvidos na polêmica — o governo do Brasil e o Banco Mundial, assim como o próximo partido a vencer as eleições em janeiro — a ir com calma em seus planos de desenvolvimento da Amazônia.

O documento formulado pelo Conselho de Defesa de Recursos Naturais — endossado por cerca de 25 entidades ecológicas do mundo inteiro, além de ter o apoio de vários membros do parlamento da Alemanha Ocidental — foi enviado no dia 12 de outubro ao presidente do Banco Mundial A. W. Clausen, que transferiu a discussão para o Departamento do Brasil, América Latina e Caribe. Até agora, o Banco Mundial limitou-se a responder que já estão sendo mantidas conversações com o governo brasileiro e se realmente forem constatadas alterações nas condições impostas antes da liberação do empréstimo, o banco poderá interferir através de novas recomendações ao Brasil.

Segundo a carta do Conselho de Defesa de Recursos Naturais — elaborada a pedido de grupos ecológicos brasileiros — vários estudos e pesquisas provam que o empréstimo do Banco Mundial contribuiu para uma migração desenfreada, acelerou o desmatamento, transformou áreas agrícolas em campos de pastagem, estimulou a especulação e provocou diversas invasões em propriedades indígenas, culminando inclusive em sérios conflitos entre posseiros e esta população. O documento se refere principalmente à área coberta pelo

Programa Polonoroeste, que engloba todo o Estado de Rondônia e parte do Estado de Mato Grosso.

E seus autores, liderados por Bruce M. Rich — diretor dos programas internacionais desta associação —, salientam quatro pontos nos programas de desenvolvimento dessa região, que precisam ser controlados para evitar uma tragédia ecológica, com sérias conseqüências, não apenas para o Brasil, mas para o mundo inteiro. Por isso, eles apelam para a suspensão dos planos de estabelecimento de dez mil colonos no vale do Guaporé, em Rondônia, e explicam que os projetos de colonização, além de colocar em risco as reservas indígenas de Guaporé, dos pacaás novos, e Rio Branco, são incompatíveis com os tipos de solo dessa região.

Para impedir a invasão das propriedades indígenas, os ecologistas pedem a imediata demarcação e proteção dessas áreas incluídas no Polonoroeste e alertam para o desmatamento indiscriminado, tanto em Mato Grosso como em Rondônia, e citando estudos do Inpa alertam que, se esta tendência persistir, todo o Estado de Rondônia estará desmatado até o ano de 1990.

Os ecologistas sugerem ainda nesse documento que o governo brasileiro, especialmente as autoridades de Rondônia, redesenhem ou mesmo cancelem a construção de três estradas — a 370, a 377 e a 383 — cujo projeto prevê passagens pelas reservas biológicas de Guaporé e Rio Branco.

Para a implementação destas medidas, os autores da carta acham necessária a renegociação dos acordos de empréstimo do polonoroeste, firmados em 1983, além da liberação de novas verbas para serem usadas em projetos de fortalecimento da Funai, do IBDF e de centros governamentais de assistência aos colonos já estabelecidos. Isto porque, de acordo com vários cientistas, assim como artigos publicados em revistas especializadas no Brasil e Estados Unidos, muitos dos primeiros colonos estão abandonando suas terras, ou então vendendo — as para os grandes proprietários. Segundo o Fipe-Instituto de pesquisa econômica da Universidade de São Paulo — e uma das fontes consultadas pela Associação Americana para a formulação destas sugestões — 40 a 70 percent dos primeiros colonos a chegar em Rondônia — foram embora à procura de outros "Eldorados".